

## Maurícias acolhem cimeira anual da SADC

por Munetsi Madakufamba

Líderes dos estados membros da SADC irão reunir-se nas Maurícias a 16-17 de Agosto para passar em revista a situação sócio-económica da região da África Austral desde a última cimeira, realizada em Dar Es Salaam, na República Unida da Tanzânia.

Um número de desenvolvimentos chave ocorreu durante os últimos 12 meses, incluindo o lançamento em Março do guião sobre o desenvolvimento da SADC a longo termo, a adopção da Declaração da Cimeira sobre a Alimentação em Maio, e as eleições gerais na África do Sul e Malawi.

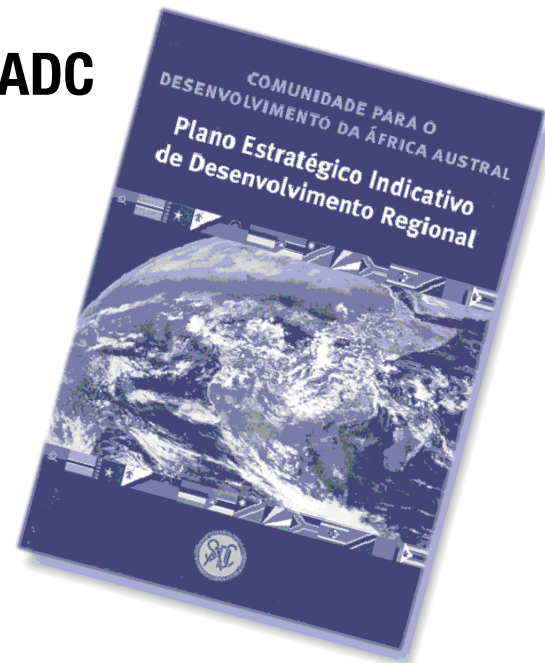
O Presidente cessante da SADC, o Chefe do Estado tanzaniano, Benjamin Mkapa, que delineou uma agenda baseada em resultados, aquando da sua investidura na presidência rotativa da organização em Agosto de 2003, lançou o Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional (RISDP) durante o encontro do Conselho de Ministros realizado em Março, em Arusha. O RISDP delinea a visão a

longo termo da SADC para os próximos 15 anos e objectiva o realinhamento da agenda da integração.

Em sintonia com os internacionalmente acordados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o RISDP estabelece prazos para os objectivos das áreas prioritárias identificadas. O Secretariado da SADC está em processo de transformar o guião em planos de negócio, que se espera serem lançados no Conselho de Ministros a ter lugar em Janeiro/Fevereiro de 2005.

Em resposta à recorrente crítica escassez de alimentos em algumas partes da SADC, o Presidente Mkapa reuniu a 15 de Maio uma Cimeira Extraordinária sobre Agricultura e Segurança Alimentar. A cimeira comprometeu os estados membros a abordarem a questão da segurança alimentar numa base sustentável e regional, em oposição à dependência na ajuda externa.

Os líderes adoptaram a Declaração de Dar Es Salaam sobre Agricultura e



Segurança Alimentar que estabelece as áreas prioritárias para os próximos dois anos, bem como a médio e longo prazos. Eles concordaram em considerar o estabelecimento de uma

*continua na página 6*

## Presidente Mkapa inspira funcionários do Secretariado

O Presidente tanzaniano e presidente-cessante da SADC, Benjamin Mkapa, exortou o Secretariado da SADC a ser mais eficiente e eficaz, e estar a altura do desafio de capitanear uma rápida cooperação e integração regional.

Durante uma visita ao Secretariado em Botswana, a 27 de Julho, o Presidente Mkapa, falou sobre a visão, missão e valores do Secretariado da SADC, enfatizando a tarefa primária de possibilitar os estados membros alcançar os seus objectivos de criar uma comunidade de desenvolvimento forte, integrada e competitiva.

Ele disse que integração regional é "... conduzida pelo espírito de olhar para o futuro, e em conjunto caminhar para o tipo de papel que queremos desempenhar na região, e as oportunidades e benefícios que queremos aceder num mundo globalizante."

O Presidente Mkapa disse que o trabalho da Comunidade é uma parceria onde os líderes políticos trazem a vontade política e recursos para uma cooperação e integração regional, enquanto o Secretariado traz o conhecimento de transformar a vontade política e recursos em progresso visível e partilhado.

"Trazemos a questão, trazem a resposta," o Presidente tanzaniano enfatizou, dizendo que sem o Secretariado da SADC, "nenhuma vontade política, orientação e fiscalização da nossa parte produzirá uma integração regional efectiva e desenvolvimento sustentável."

O Secretariado da SADC foi desafiado a ir além da coordenação e harmonização de políticas, mas monitore objectivamente o cumprimento e implementação atempada das decisões porque "... alguém dentre nós que atrase nacionalmente atrasa cada um de nós regionalmente."

No concernente à reestruturação da SADC, o Presidente Mpaka disse que os desafios estão relacionados com a gestão da mudança institucional onde a natureza humana, apreensiva de novos arranjos, resiste a mudanças.

"Quero vos assegurar que muitos receios a mudanças estão muito infundadas. A reforma não significa necessariamente o fim do mundo que conhecemos. Todos os desafios devem ser vistos como problemas transitórios, e dores do parto de novas, mais eficazes e mais eficientes instituições da SADC," disse. □

# SADC TODAY

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
Vol. 7 Nº 3 Agosto de 2004

A revista SADC Today é produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) seis vezes por ano em nome do secretariado da SADC em Gaborone, Botswana. O seu conteúdo não reflecte necessariamente a posição oficial e as opiniões do secretariado da SADC ou da SARDC. O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente pela imprensa e outros interessados desde que se cite devidamente a fonte.

©SADC, SARDC, 2004

### Comité Editorial

Virginia Muwanigwa, Chipso Muvezwa,  
Chengetai Madziwa, Chenai Mufanawejingo,  
Phyllis Johnson, Bayano Vally,  
Clever Mafuta, Pamela Mhlanga

### Acessores Editoriais

Esther Kanaimba  
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC  
Petronilla Ndebele  
Oficial de Informação da SADC

### Editor

Munetsi Madakufamba

### Composição e Maquetização

Tonely Ngwenya

### Organização/Impressão

DS Print Media, África do Sul

SADC Today é financiado pelo governo da Bélgica ao abrigo do Projecto Informação 21 da SADC, cujo objectivo é o reforço da integração regional através da disseminação de informação. Todas as contribuições individuais e de instituições no seio da SADC e de fora da região são bem vindas, sejam elas em forma de notícias, artigos e comentários. Os autores reservam-se ao direito de seleccionar ou rejeitar e editar artigos para o espaço disponível.

A correspondência deve ser enviada para

**SADC TODAY**  
**SARDC Mozambique**  
**Rua D. Afonso Henriques, 141,**  
**Maputo, Mozambique**  
Tel: 258.1.490831 Fax : 258.1.491178  
Email: sardc@maputo.sardc.net

**Southern African Research and**  
**Documentation Centre (SARDC)**  
**15 Downie Avenue, Belgravia,**  
**P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe**  
Tel: 263.4.791141 Fax: 263.4.791271  
Email: sadctoday@sardc.net  
Web: <http://www.sardc.net>



**Negociações Comerciais 5**



**União Africana 7**



**Cursos de Água 8**



**Desporto 13**

- Revista Política: Actualização Dos Protocolos da SADC **3**
- Cimeira económica de África **4**
- Processo de Paz na RDC **5**
- A Mulher nos Negócios na SADC Feira e Fórum de Investimentos **6**
- Perfil de um país: Maurícias **10**
- Aspectos de monitoria e observação eleitoral **11**
- Coluna do Convidado: Implicações do Protocolo Comercial e da política para a indústria automóvel para a SADC **12**
- Formação da Comunidade: Chefes Tradicionais formam conselho regional **13**
- Pela região: Breves notícias **14**
- Revista bibliográfica & Publicações recentes **15**
- Diário da SADC, dias feriados & câmbios **16**

### Assine hoje

A SADC Today encontra-se disponível através de assinatura anual. Para seis edições anuais, o valor é de US\$60 para fora de África, US\$35 para o resto de África e US\$30 para a SADC. A sua assinatura permiti-lo-á a receber a revista via correio aéreo ou electrónico.

A SADC Today é publicada em Inglês e Português, e encontra-se igualmente disponível electronicamente em Francês.

Para mais detalhes sobre as assinaturas, por favor contacte o Editor.

## Protocolos da SADC

Na cimeira da SADC realizada em Agosto de 2003 na República Unida da Tanzânia, Chefes de Estado e de Governo notaram com preocupação que os estados membros eram lentos na ratificação e adesão aos protocolos. A 23 de Junho do corrente ano,

15 protocolos foram ratificados e entraram em vigor. Em Agosto de 2003, 12 protocolos foram ratificados e estavam prontos para implementação. Os três protocolos que entraram em vigor desde o ano passado são: o Protocolo Revisto sobre os Cursos de Água Comuns; o Protocolo

sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança; e o Protocolo sobre a Conservação da Fauna Bravia e Policiamento. Oito protocolos necessitam ainda de serem ratificados pelos requeridos dois terços de forma a poderem entrar em vigor. □

### Estatuto dos instrumentos legais da SADC até 23 de Junho de 2004

Nome do Instrumento	Data da Assinatura	Data da entrada em vigor
Tratado da SADC	17 de Agosto 1992	30 de Setembro 1993
Protocolo sobre Imunidades e Privilégios	17 de Agosto 1992	30 de Setembro 1993
Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Água Partilhados	28 de Agosto 1995	28 de Setembro 1998
Protocolo sobre Energia	24 de Agosto 1996	17 de Abril 1998
Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia	24 de Agosto 1996	6 de Julho 1998
Protocolo sobre Combate a Drogas Ilícitas	24 de Agosto 1996	20 de Março 1999
Protocolo sobre Comércio	24 de Agosto 1996	25 de Janeiro 2000
Carta do Turismo Regional Organização da África Austral (RETOSA)	8 de Setembro 1997	8 de Setembro 1997
Protocolo sobre Educação e Formação	8 de Setembro 1997	31 de Julho 2000
Protocolo sobre Minas	8 de Setembro 1997	10 de Fevereiro 2000
Protocolo sobre Desenvolvimento do Turismo	14 de Setembro 1998	26 de Novembro 2002
Protocolo sobre Saúde	18 de Agosto 1999	
Protocolo sobre Conservação da Fauna Bravia e Policiamento	18 de Agosto 1999	30 de Novembro 2003
ME sobre Cooperação na Padronização, Qualidade, Segurança, Acreditação e Meteorologia na SADC	9 de Novembro 1999	16 de Julho 2000
Protocolo sobre Assuntos Legais	7 de Agosto 2000	
Protocolo sobre Tribunais e Normas de Procedimento	7 de Agosto 2000	14 de Agosto 2001
Protocolo Revisto sobre Recursos Hídricos Comuns	7 de Agosto 2000	22 de Setembro 2003
Emenda do Protocolo sobre Comércio	7 de Agosto 2000	7 de Agosto 2000
Acordo sobre Emenda ao Tratado da SADC	14 de Agosto 2001	14 de Agosto 2001
Protocolo sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança	14 de Agosto 2001	2 de Março 2004
Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Afins na SADC	14 de Agosto 2001	--
Protocolo sobre Pescas	14 de Agosto 2001	8 de Agosto 2003
Protocolo sobre Cultura, Informação e Desportos	14 de Agosto 2001	--
Protocolo contra a Corrupção	14 de Agosto 2001	--
Protocolo sobre Extradicação	3 de Outubro 2002	--
Protocolo sobre Florestas	3 de Outubro 2002	--
Protocolo sobre Assistência Legal Mútua em Matérias Criminais	3 de Outubro 2002	--
Acordo sobre Emenda do Protocolo sobre Tribunais e Normas de Procedimentos	3 de Outubro 2002	3 de Outubro 2002
ME sobre Cooperação em Impostos e Matérias Afins	8 de Agosto 2002	8 de Agosto 2002
ME sobre Convergência Macroeconómica	8 de Agosto 2002	8 de Agosto 2002
Pacto sobre Defesa Mútua	26 de Agosto 2003	--
Carta dos Direitos Sociais Fundamentais	26 de Agosto 2003	26 de Agosto 2003
Declaração sobre Género e Desenvolvimento	8 de Setembro 1997	
A Prevenção e Erradicação da violência contra mulheres e crianças, uma adenda à Declaração sobre Género e Desenvolvimento	14 de Setembro 1998	Não requer ratificação
Declaração sobre Produtividade	18 de Agosto 1999	
Declaração sobre Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC)	Agosto 2001	
Declaração sobre HIV e SIDA	4 de Julho 2003	
Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar	15 de Maio 2004	

Fonte: Secretariado da SADC

## Cimeira económica realça mudanças positivas em África

por Munetsi Madakufamba

A Cimeira Económica de África do Fórum Económico Mundial (FEM), realizada nos inícios de Junho em Maputo, capital moçambicana, pronunciou-se veemente contra a repetida reportagem negativa de África, tendo reafirmado que há muitas mudanças positivas que têm sido muitas vezes ignoradas.

A cimeira, que reuniu conjuntamente líderes políticos, do mundo de negócios e da sociedade civil, debateu que enquanto erros foram cometidos no passado, muito tem sido feito para criar um ambiente conducente ao investimento estrangeiro.

Usando um exemplo de uma chamada de atenção feita pelo Presidente sul-africano Thabo Mbeki durante uma das sessões, o Presidente anfitrião Joaquim Chissano disse que jornalistas só reportam quando as Linhas Aéreas da África do Sul têm os voos atrasados.

“Por favor reportem quando começarmos a partir a tempo, pois a África já começou a partir a tempo e horas”, disse Chissano, enfatizando. “Vamos partir todos juntos a tempo e chegar ao nosso destino a horas. O destino hoje são os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, a derrota da pobreza absoluta e o início do desenvolvimento sustentável para todos”.

A Cimeira Económica de África é um evento anual promovido pelo FEM, baseado na Suíça. A cimeira de Maputo centrou-se no papel e contribuição dos negócios no desenvolvimento, realçou as melhores práticas e resultou em acções concertadas entre os diferentes actores.

Thulani Gcabashe, Chefe Executivo da companhia sul-africana de energia eléctrica, Eskom, desafiou todos os actores a alinharem e integrar as suas acções e descobrir sinergias. Como exemplo, ele disse que o sector privado não está a corrente do que a Nova Parceria para o

Desenvolvimento de África (NEPAD) está a realizar a curto prazo na área de projectos de infra-estruturas.

Ele revelou que 20 projectos da NEPAD estão esperando desenvolvimento e implementação, cinco dos quais no sector de energia. O maior e mais ambicioso é o projecto do Corredor Ocidental, que planeia desenvolver energia hidroeléctrica em Inga III, na República Democrática do Congo e poder abastecer vários países da SADC.

O Secretariado do NEPAD foi desafiado a assegurar um melhor fluxo de informação de forma a que a comunidade de negócios possa conhecer tais oportunidades.

Levy Mwanawasa, Presidente da Zâmbia, disse que os governos têm a responsabilidade de assegurar que o desenvolvimento é equitativo e que a cada área de negócio sejam dadas linhas de orientação sobre onde investir num país. Reafirmou também ser importante pôr cobro à migração urbana proveniente de áreas subdesenvolvidas.

Como outros países africanos, o Presidente Mwanawasa disse que a Zâmbia encoraja o investimento estrangeiro directo, mas disse querer que os investidores estrangeiros abracem parcerias com os empresários locais. Argumentou que tal é necessário como forma de permitir que os locais possam também apropriar-se dos instrumentos de desenvolvimento e assegurar que com a retirada dos investidores, os investimentos permanecem.

Hilde F. Johnson, Ministra norueguesa do Desenvolvimento Internacional, apelou por seu turno à reforma da agenda global, que afirmou ser um pré-requisito para o sucesso de África. Ela disse que o desafio de atrair o investimento para o continente é manifestado pelo facto de a África ainda só conseguir 2 a 3 por cento do investimento directo estrangeiro. A África ainda está muito aquém nas perspectivas dos progressos rumo aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, e doadores e investidores ainda vivem uma mistura de experiências no continente, notou a ministra norueguesa.



Se a África tem que conseguir uma maior e melhor ajuda, o continente e os seus parceiros de cooperação devem melhorar a forma como trabalham juntos. Um grande impedimento para tal é a multiplicidade das condições do quadro internacional nas documentações nas áreas financeira, comercial e de licitações. Esforços para harmonizar os requisitos estão a registar progressos lentos.

Johnson citou o exemplo da Tanzânia, onde o ministro das finanças lamentou, há alguns anos, ter que ler anualmente 10.000 relatórios e reunir-se com 2.000 missões de doadores.

Ela criticou o que apelidou de “circo de doadores”, onde alguns doadores estão mais interessados em hastear bandeiras e afirmar a sua imagem que em contribuir para o progresso no terreno. O objectivo é ter um documento unificado de solicitação, mas alguns “doadores defensores de imagem”, resistem a tal, disse a ministra norueguesa.

Mantendo a tradição africana, os participantes, numa das sessões sobre a Liderança Africana para o Futuro, reuniram-se sob as sombras de figueiras em Maputo, tendo reiterado a ideia da necessidade de investir-se no desenvolvimento da liderança aos níveis comunitários.

Os participantes notaram que África tem os seus próprios valores – particularmente a sabedoria tradicional que leva a consensos. Concordaram que tais valores devem ser usados para cultivar os líderes de África para o futuro.

A anterior Cimeira Económica de África realizara-se em 2003, em Durban, na África do Sul. □

## Países do ACP desejam instrumentos reais de desenvolvimento nas relações futuras com a UE

por Chengetai Madziwa

A SADC iniciou as suas negociações com a União Europeia (UE) a 8 de Julho em Windhoek, Namíbia, num processo que se encaixa no quadro da cooperação dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Ao lançamento estiveram presentes a força de choque dos ministros do comércio da SADC e comissários da UE.

A SADC apontou Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia e a República Unida da Tanzânia, para negociarem em nome da região, enquanto que a África do Sul participará como observadora. O Botswana coordena a equipa negocial, enquanto que os restantes países são responsáveis por diferentes áreas técnicas.

A posição dos países da ACP é de negociar, com a UE, Acordos de Parceria Económica (EPAs) que complementem os esforços de desenvolvimento, do que desviar os já em curso.

Os EPAs com a UE devem ser usados “para reforçar a cooperação regional, e não para dismantlar os nossos blocos organizacionais. Somente isso levará o processo a resultar num impacto positivo para o desenvolvimento dos nossos países”, disse do Presidente moçambicano Joaquim Chissano durante a cimeira da ACP que teve lugar Junho último em Maputo.

Durante o lançamento em Windhoek, os representantes da SADC e da UE acordaram em que os EPAs deveriam contribuir para o processo de integração regional, particularmente no reforço das capacidades de diversificação, produção e abastecimento dos países da SADC.

Os anteriores acordos comerciais ACP-UE, conhecidos como a Convenção de Lomé, que precederam o actual Acordo de Cotonou, foram criticados pelos países em vias de desenvolvimento pela ausência de objectivos de desenvolvimento. O Acordo de Cotonou sob o qual os EPAs estão a ser negociados são tidos como apresentando maior ênfase sobre a agenda de desenvolvimento dos países da ACP.

A Cimeira da ACP mandou o seu conselho de ministros para “assegurar que os EPAs não são simplesmente acordos de livre comércio, mas devem assegurar instrumentos reais de desenvolvimento que contribuam para o caminho a um desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza”.

A controversa questão em torno dos subsídios à agricultura, especialmente sobre o açúcar, dominou as discussões em Maputo. Os países em vias de desenvolvimento argumentaram que a assistência financeira dada aos agricultores da UE distorcem os preços mundiais dos produtos, remetendo os agricultores dos países pobres para uma posição não competitiva.

No lançamento de Windhoek, os Ministros da SADC e os Comissários da UE acordaram que o período de Julho a Dezembro de 2004 será dedicado ao estabelecimento de prioridades e à preparação.

Negociações substantivas sobre o acesso a mercados para produtos agrícolas e não agrícolas e de pescas, comércio e serviços, cooperação de desenvolvimento,



e outras questões relacionadas com o comércio, terão lugar de Janeiro de 2005 a Junho de 2007.

A última fase será a da finalização do acordo, que será assinado em Dezembro de 2007, esperando-se que entre em vigor em Janeiro de 2008. □

## RDC: Continua a busca pela paz

por Juakali Kambale

A SADC declarou que não irá tolerar nenhuma actividade que destabilizem o processo de paz na República Democrática do Congo (RDC) ou contra o governo de transição.

A organização avisou a todos envolvidos em distúrbios políticos na RDC que não irá aceitar nenhuma mudança inconstitucional de governo na região e que se reserva o direito de intervir se tal suceder. Esta posição segue-se a ameaças ao processo de paz, depois que o Presidente Joseph Kabila enfrentou duas tentativas de golpes militares em Março e Junho. Houve também relatos de motins no seio do exército militar nas províncias do Kivu Norte e Sul.

Apesar de fracassadas as tentativas de golpe, a SADC prometeu determinar as reais causas dos distúrbios e de apoiar os esforços para assegurar que os acordos de paz ora adoptados sejam implementados.

A reunião da SADC tida em Junho, em Lusaka, Zâmbia, no quadro do Protocolo sobre Cooperação Política e de Segurança e Pacto de Defesa Mútua, recomendou um missão de avaliação para a RDC.

Citando “... actividades militares indesejáveis, particularmente na parte oriental do país, que podem reavivar o ciclo de violência e arruinar o processo de paz”, a SADC decidiu enviar uma missão de avaliação constituída pela África do Sul, Lesotho e Moçambique, escolhidos dos membros do Órgão sobre Política, Defesa e Segurança.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesotho, Mohlabi Tsekoa, que preside a missão, disse que esperam encontrar-se com o Presidente Joseph Kabila e com o Governador de Bukavu, entre outros.

Tsekoa disse que a missão visitará o Ruanda, onde espera reunir-se com o presidente daquele país. “... há fortes suspeitas de que o Ruanda dá assistência aos soldados rebeldes que ameaçam o processo de paz na RDC. E crê-se que alguns destes soldados rebeldes provêm do Rwanda”, notou.

O Conselho da União Africana para a Paz e Segurança expressou também graves preocupações em relação à situação em Bukavu e na RDC em geral, tendo apelado ao Conselho de segurança da ONU para aumentar o tamanho da missão de manutenção da paz neste país. □

## Empoderamento económico da mulher vital para a cooperação regional

**M**ulheres na área de negócios de 10 países da SADC convergiram à Gaborone, capital do Botswana, em Junho último, para uma amostra dos seus produtos, num gesto de reforço à cooperação e oportunidades de comércio na região.

A Quarta Feira das Mulheres de Negócios da SADC e Fórum de Investimentos viu a maioria das expositoras a formalizarem novas oportunidades de negócios com várias agências de negócios de diferentes países, incluindo da Europa.

Mulheres de Negócios do Botswana, Malawi, Namíbia, República Unida da Tanzânia e Zimbábwe confirmaram ter alcançado acordos com companhias do Botswana e da Europa.

O Ministro do Trabalho e do Interior do Botswana, Thebe David Mogami, abriu

oficialmente a feira. “Nós temos que promover os objectivos do fórum de investimentos que tem em vista a promoção do comércio intra e inter-regional entre as mulheres e assegurar o empoderamento económico das mulheres na SADC através da criação de oportunidades para as mulheres de negócios,” disse.

Falando na feira, a Ministra tanzaniana para o Desenvolvimento Comunitário, Género e Criança, Asha Rose Migiro, disse que o fórum de investimentos poderá facilitar o alívio da pobreza e empoderar mulheres economicamente. Ela enfatizou a importância dos governos africanos em assumir o papel de liderança no financiamento de actividades económicas de pequena escala pertencentes a mulheres, como uma forma de as capacitar para competir em negócios de larga escala. O

Malawi, neste caso, pode ser congratulado uma vez que o governo pagou o total dos 12 bancas ocupados na feira pelas mulheres deste país.

A afluência significativa das mulheres envolvidas em várias áreas de negócios mostrou a sua determinação das mulheres em auto valorizarem-se e desenvolver a região. Encontros paralelos facilitaram a troca de ideias sobre como responder a desafios comuns. Foi enfatizada a necessidade de se começar a criar o espírito de confiança entre elas de forma a reforçar-se os empreendimentos de negócios dentro e fora da região.

O Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe estiveram representados na feira. □

## Maurícias acolhem cimeira anual da SADC

*continuação da página 1*

instalação para o desenvolvimento agrícola regional, bem como armazéns para reservas alimentares ao nível regional que possam reforçar a capacidade de resposta em caso de calamidades.

Os estados membros concordaram igualmente em progressivamente aumentar o financiamento à agricultura, disponibilizando pelo menos 10 por cento dos orçamentos nacionais dentro dos próximos cinco anos, em concordância com um compromisso da Declaração de Maputo da União Africana sobre Agricultura e Segurança Alimentar, adoptada o ano passado.

Na frente política, continua a busca da paz para a República Democrática do Congo (RDC). Os recentes tumultos militares, incluindo duas tentativas frustradas de golpe, aumentaram os receios de que o governo de transição poderá não alcançar a sua meta de organizar as eleições para Junho de 2005.

Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC) no poder ganhou uma maioria absoluta nas terceiras eleições democráticas do país. Foi uma dupla celebração para o partido ANC do Presidente Thabo Mbeki, com o país a celebrar, a 27 de Abril, a primeira década da democracia.

O ANC obteve 69,7 por cento dos 400 assentos do parlamento. Um dos pontos mais relevantes do novo executivo

anunciado pelo Presidente Mbeki logo após as eleições foi a representação das mulheres em 43 por cento, ultrapassando a meta de 30 por cento estabelecido pela SADC para 2005.

As eleições gerais do Malawi que trazem agora novos rostos para o executivo realizaram-se a 20 de Maio, num acto que constituiu o terceiro sufrágio multipartidário depois da queda em 1994 do sistema mono-partidário de Kamuzu Banda. Economista com carreira diplomática, Bingu wa Mutharika venceu as eleições presidenciais sob a bandeira da Frente Democrática Unida (UDF), apesar de o seu partido ter apenas ganho 49 dos 193 assentos do parlamento. A maioria parlamentar foi ganha pela oposição constituída pelo Partido do Congresso do Malawi (MPC), que obteve 60 lugares.

Com a realização das eleições na África do Sul e Malawi, o foco centra-se agora no Botswana, Namíbia e Moçambique, três países da SADC com os sufrágios marcados para o final do ano. As eleições gerais no Botswana estão marcadas para 16 de Outubro, na Namíbia a 15 e 16 de Novembro e em Moçambique a 1 e 2 de Dezembro.

Nas Maurícias, os líderes irão apreciar um relatório do Conselho de Ministros sobre a reestruturação das instituições da SADC. A reestruturação iniciou em 2000

e até hoje, todos os quatro directorados foram criados no Secretariado da SADC em Gaborone. O Comité Integrado de Ministros e os Comités Nacionais foram criados, o RISDP foi aprovado e a implementação das suas directivas iniciada, e o exercício da avaliação do trabalho completado.

Outros relatórios a serem considerados são sobre a revisão da situação regional com referência para a situação económica e social da região, da agricultura e segurança alimentar, do género, e do HIV e do SIDA, bem como o relatório do Presidente Joaquim Chissano sobre a UA e dos progressos sobre o NEPAD. Esperam-se que recomendações específicas sejam adoptadas sobre estas questões.

A cimeira irá considerar a candidatura de adesão de Madagáscar para afiliação na SADC. O actual número de membros é de 13 países uma vez que a desistência de Seychelles entrou em vigor no início de Julho.

O Presidente Mkapa irá passar a presidência ao Primeiro Ministro mauriciano, Paul Raymond Bérenger, que irá conduzir o grupo regional nos próximos 12 meses. Um novo presidente para o Órgão sobre Políticas, Defesa e Segurança será igualmente eleito para substituir o Primeiro Ministro do Lesotho, Pakalitha Mosisili. □

# Presidente Chissano entrega continente auto-determinado a alcançar integração sócio-económica

por Virginia Muwanigwa

O Chefe do Estado moçambicano e antigo Presidente da União Africana (UA), Joaquim Chissano, apresentou em Julho último ao seu sucessor, um continente auto-determinado a alcançar a integração sócio-económica através da redução da pobreza e da participação na economia global.

A III Sessão Ordinária Anual da Assembleia da UA realizada em Julho em Adis Abeba, Etiópia, discutiu, entre outras questões, a paz sustentável como um meio para se alcançar o desenvolvimento sócio-económico, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o Parlamento Pan-Africano (PAP), género, governação e estratégias para o combate a doenças, especialmente o HIV e SIDA.

O quadro das estratégias desenvolvidas pela UA como um roteiro para o período 2004-2007 constituiu a base das discussões.

A cimeira também foi uma oportunidade para verificar os progressos registados em torno da Declaração de Maputo, assinada aquando da cimeira realizada em Moçambique, em Julho de 2003, quando o Presidente Chissano tomou a presidência da organização sob o mote do grande objectivo da UA de combater a pobreza, a corrupção e os conflitos no continente.

A cimeira da UA registou o compromisso e dedicação do Presidente Chissano de ter assumido as responsabilidades como Presidente da organização, em tão tenro estágio do estabelecimento da organização.

Várias instituições chave foram criadas durante o seu mandato, incluindo a constituição do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA, em Adis Abeba, sede da organização pan-africana. A constituição teve lugar a 25 de Maio, Dia de África.

No acto constitutivo, Chissano disse que o conselho é "...um instrumento eficiente para a realização da Agenda Africana em questões de prevenção, gestão e resolução de conflitos."

Uma recomendação feita pela liderança da UA, para que uma Força Africana de Prevenção (FAP) encarregue da prevenção e resolução de conflitos no continente em conformidade com os mandatos da UA e



abarcando missões de observação a operações de manutenção de paz e de intervenção, foi também adoptada.

Durante o seu mandato, o Presidente Chissano visitou muitos estados africanos, incluindo o Burundi, Congo-Brazaville, a República Democrática do Congo (RDC), Libéria, Líbia e São Tomé e Príncipe, para facilitar o diálogo para uma paz sustentável no continente. Moçambique também contribuiu com soldados para missões de manutenção de paz.

Considerando as próximas eleições moçambicanas, após as quais o Presidente Chissano irá passar as pastas ao seu sucessor, a cimeira da UA felicitou-o por respeitar a constituição do seu país, ao passar o poder pacificamente.

Sobre a RDC, o Presidente Chissano respondeu aos distúrbios políticos neste país. Como parte da troika encarregue pelo Órgão sobre Política, Defesa e Segurança da SADC, Moçambique integra a missão de avaliação à RDC, para ajudar a trazer a estabilidade e assegurar que são respeitados os acordos de paz adoptados.

O mandato de Chissano foi também marcado pela lançamento em Março deste ano, do Parlamento Pan Africano (PPA), de que se espera poder assegurar a total participação dos Africanos no processo de desenvolvimento sócio-económico e resolução dos desafios.

A ser baseado na África do Sul, o PPA marcou já pontos ao eleger para presidente uma mulher, Gertrude Mongella da República Unida da Tanzânia. Acrescenta-se o facto de mulheres ocuparem duas das cinco mais importantes posições no parlamento. A UA também atingiu 50 por cento de paridade no género ao nomear os seus comissários.

O Presidente cessante da UA também conseguiu apoio para o NEPAD, o órgão da UA encarregue de assegurar o desenvolvimento económico. Durante uma reunião da Assembleia Geral da ONU e noutros fóruns internacionais, o Presidente Chissano apelou à comunidade internacional para canalizar os apoios para o desenvolvimento de África, através do NEPAD.

O período em revista assistiu também ao nascimento do Mecanismo Africano de Pares, uma das mais iniciativas chave da UA, através da qual estados membros podem submeter-se voluntariamente à monitoria e avaliação pelos outros estados membros.

Por outro lado, a UA iniciou discussões sobre o desenvolvimento de uma Carta sobre Eleições, Democracia e Governação, para guiar processos eleitorais. Pelo menos 10 países africanos deverão efectuar eleições em 2004 e a UA tem estado a enviar missões de observação.

Como presidente da UA, o Presidente Chissano lançou uma forte campanha para assegurar a segurança alimentar sustentável, através do estabelecimento de um Fundo Africano para o Desenvolvimento da Agricultura, como a implementação do compromisso dos líderes africanos reunidos em Maputo de providenciar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais para melhorar a produção agrícola.

A cimeira da UA enfatizou também o importante e histórico papel desempenhado pelo Chefe do Estado moçambicano na luta pela libertação do seu país e na promoção da paz e estabilidade e no desenvolvimento sócio-económico, demonstrados no seu mandato como segundo presidente do país.

Tributo foi rendido ao presidente cessante pela sua "liderança dinâmica e contributo para se alcançarem os objectivos". O Presidente Olusegun Obasanjo, que o sucede na presidência da UA, prometeu consolidar o trabalho de assegurar a integração sócio-económica de África, iniciado por Chissano.

O desafio continua a ser o de reforçar o quadro institucional de forma a que a UA possa cumprir o seu mandato de forma efectiva. □

# Comissão do Curso de Água do Zambeze: orige

A assinatura da Comissão do Curso de Água do Zambeze em Julho é um das plataforma da SADC com vista à erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico conforme delineado no Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional (RISDP).

O acordo foi assinado em Kasane, Botswana, pelos ministros responsáveis pelas águas dos sete dos oito países ribeirinhos – Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Unida da Tanzania e Zimbabwe.

A SADC identificou a redução da pobreza como a prioridade número um na sua agenda de integração, e o seu lançamento significa estratégias para a redução da pobreza através da partilha de recursos, incluindo a água.

A Comissão sobre o Zambeze é um dos objectivos estabelecidos para o Programa de Acção do Zambeze (ZACPRO6), que procura a participação de todos os estados ribeirinhos na tomada de decisões sobre a gestão da bacia do rio. A comissão procura também demonstrar que a gestão da bacia não deve ser somente restrita ao rio e ao ambiente subjacente, mas a todos os aspectos de desenvolvimento.

O ZACPRO é um produto do Plano de Acção do Rio Zambeze (ZACPLAN), adoptado em 1987. O ZACPLAN tem 19 projectos, dos quais o ZACPRO6 é o mais fulcral.

## Funções da comissão

- ✦ colectar, avaliar e disseminar todos os dados e informação sobre o Curso de Água do Zambeze sempre que necessário para a implementação deste Acordo;
- ✦ promover, apoiar, coordenar e harmonizar a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos do Curso de Água do Zambeze;
- ✦ aconselhar os Estados Membros na planificação, gestão, utilização, desenvolvimento, protecção e conservação do Curso de Água do Zambeze, bem como no papel e posição do público no que refere a questões como actividades e o possível impacto em matérias de ordem social e património cultural;
- ✦ aconselhar os Estados Membros sobre as medidas necessárias para se evitem disputas e apoiar na resolução de conflitos entre Estados Membros no que refere à planificação, gestão, utilização, desenvolvimento, protecção e conservação do Curso de Água do Zambeze;
- ✦ promover uma maior consciência entre os habitantes ao longo do Curso de Água do Zambeze sobre a utilização equitativa e razoável e da gestão eficiente e desenvolvimento sustentável dos recursos do Curso de Água do Zambeze;
- ✦ cooperar com as instituições da SADC, bem como outras organizações nacionais e internacionais sempre que necessário;
- ✦ promover e apoiar a harmonização da políticas de águas nacionais e medidas legislativas; e
- ✦ levar a cabo outras funções e responsabilidades que os Estados Membros possam indicar de tempos a tempos.

O ZACPLAN resultou da constatação de que quanto mais aumentarem as exigências de uso dos recursos hídricos da bacia, maior a competição para a sua utilização de forma mais lucrativa e logo maior a possibilidade de conflitos.

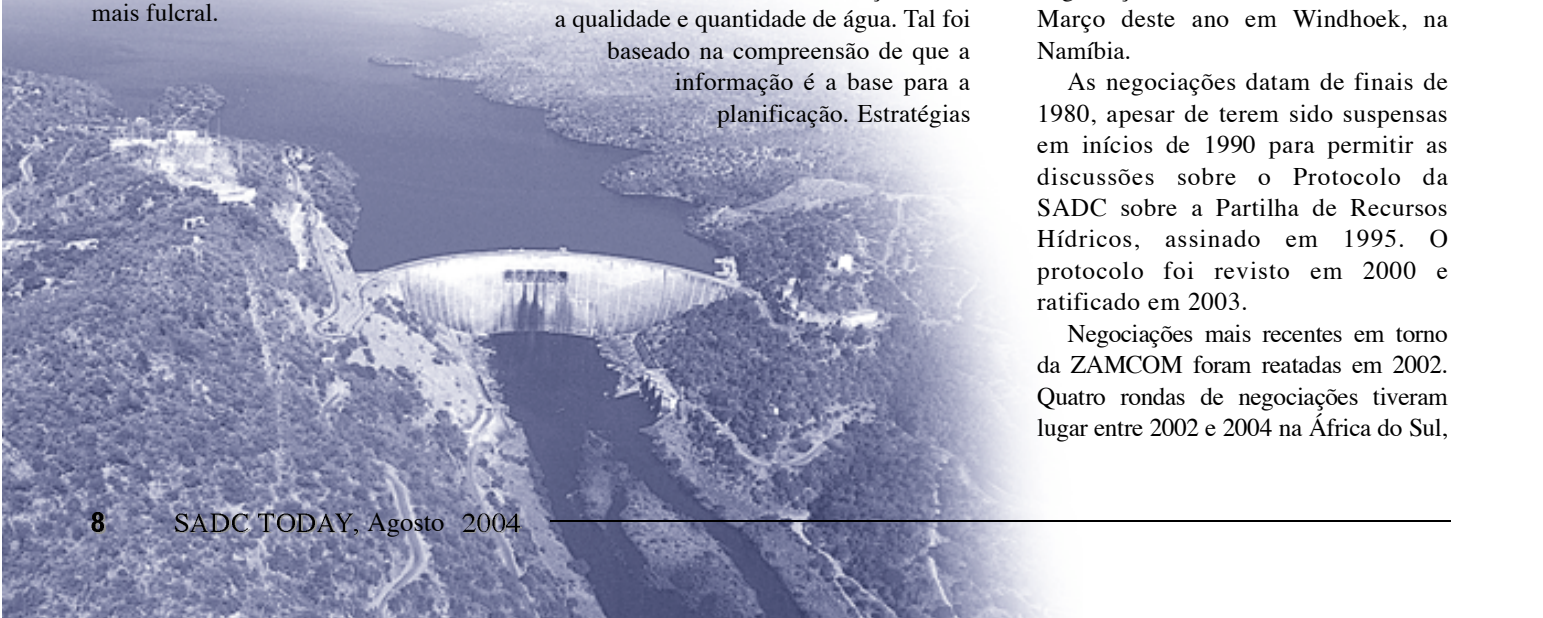
A primeira fase do ZACPRO6 envolveu a recolha de informação sobre a qualidade e quantidade de água. Tal foi baseado na compreensão de que a informação é a base para a planificação. Estratégias

tiveram que ser desenvolvidas para assegurar que informação e dados fiáveis eram providenciados num formato e em detalhe suficiente para serem apropriados aos sistemas de gestão desenvolvidos.

Coordenadas pelo Secretariado da SADC, sob o ZACPLAN, as negociações foram concluídas em Março deste ano em Windhoek, na Namíbia.

As negociações datam de finais de 1980, apesar de terem sido suspensas em inícios de 1990 para permitir as discussões sobre o Protocolo da SADC sobre a Partilha de Recursos Hídricos, assinado em 1995. O protocolo foi revisto em 2000 e ratificado em 2003.

Negociações mais recentes em torno da ZAMCOM foram reatadas em 2002. Quatro rondas de negociações tiveram lugar entre 2002 e 2004 na África do Sul,



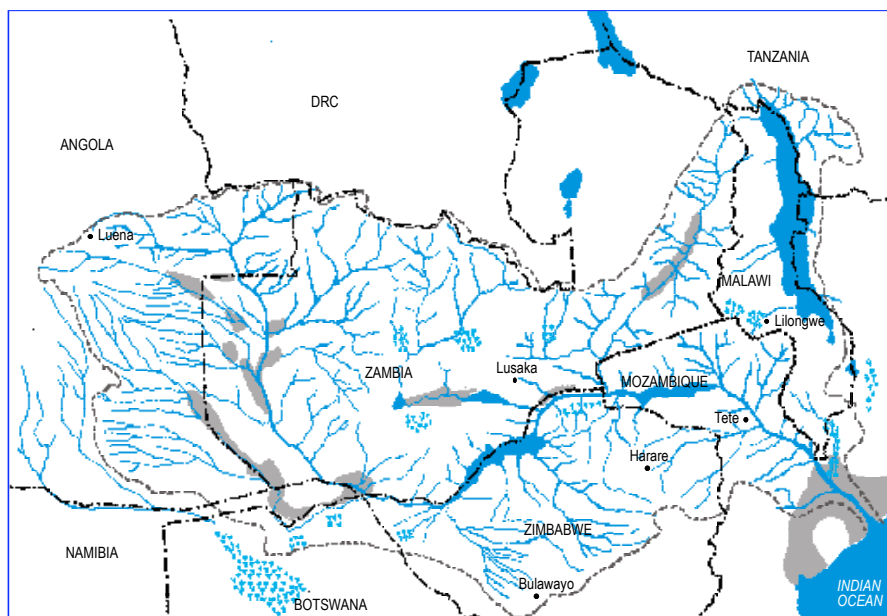
# s e propósitos

Moçambique, Zâmbia e Namíbia. As negociações foram complementadas por actividades técnicas especializadas, bem como consultas ministeriais ao mais alto nível que se realizaram na Etiópia e em Moçambique, respectivamente em Setembro e Novembro de 2003.

O objectivo da Comissão é o de promover uma utilização equitativa e razoável dos recursos hídricos do Curso de Água do Zambeze, bem como uma gestão eficiente e desenvolvimento sustentável.

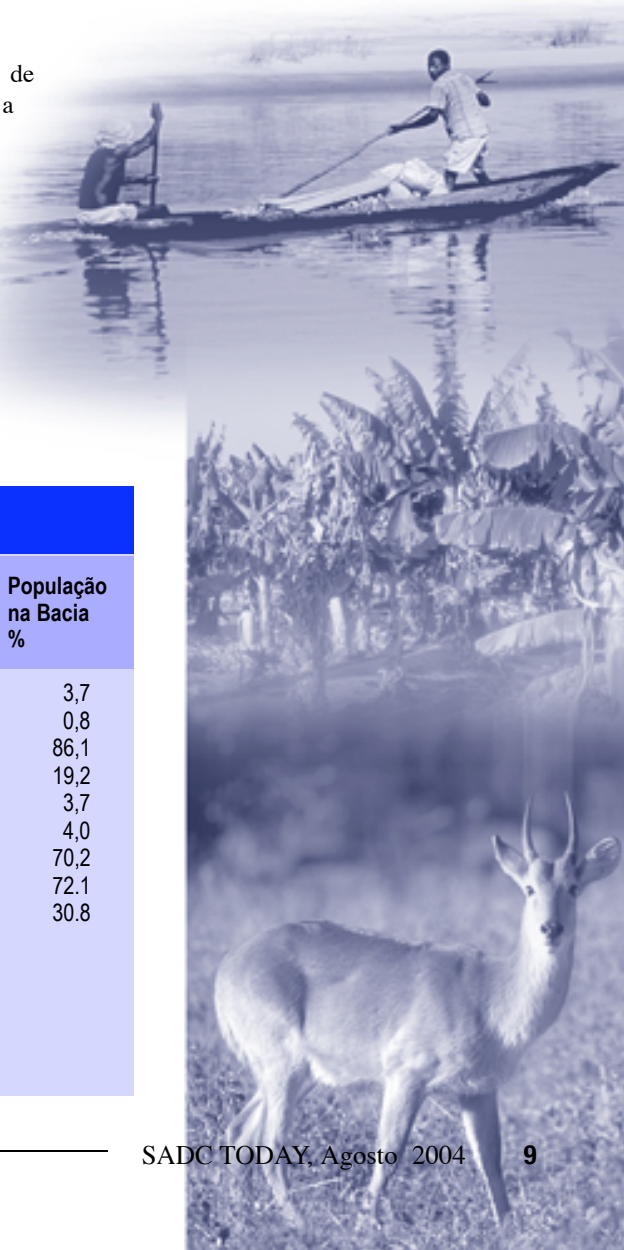
A comissão será dirigida por três órgãos: o Conselho de Ministros, o Comité Técnico, e o Secretariado. O papel principal do Conselho será o de adoptar políticas e decisões e providenciar a necessária liderança durante a implementação, enquanto que o Comité Técnico irá implementar as políticas e decisões do Conselho.

O Secretariado irá providenciar os serviços técnicos e administrativos ao Conselho sob supervisão do Comité Técnico e facilitará o desenvolvimento de um plano estratégico, programa anual de trabalho, planos, estudos, avaliação e outros documentos requeridos para a implementação do acordo.



Fontes: The Zambezi -- SARDC-IMERCISA

Os parceiros nórdicos de cooperação, nomeadamente a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), a Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e a Ajuda Norueguesa de Desenvolvimento (NORAD) financiaram as negociações da ZAMCOM. □



## Dimensões da Bacia do Zambeze

País	Área Total km <sup>2</sup>	Área na Bacia km <sup>2</sup>	Área na Bacia %	População Total 2002 a	População na Bacia b	População na Bacia %
Angola	1.246.700	145.000	11,6	14.000.000	518.000	3,7
Botswana	582.000	84.000	14,4	1.736.000	13.888	0,8
Malawi	118.000	110.390	93,2	11.500.000*	9.901.500	86,1
Moçambique	802.000	140.000	17,5	18.100.000	3.472.200	19,2
Namíbia	824.000	24.000	2,9	1.830.000	67.710	3,7
Tanzânia	945.000	27.000	2,9	33.600.000	1.344.000	4,0
Zâmbia	735.000	540.000	71,7	10.700.000**	7.511.400	70,2
Zimbabwe	391.000	251.410	64,3	11.630.000	8.385.230	72,1
<b>Total</b>	<b>5.661.700</b>	<b>1.321.800</b>		<b>103.096.000</b>	<b>31.753.568</b>	<b>30,8</b>

\* Meados de 2003

\*\* Projecção em meados de 2004

Fonte: Chenje, M, (ed), O Estado do Meio Ambiente na Bacia do Zambeze 2000, SADC/IUCN/ZRA/SARDC, Maseru/Lusaka/Harare, 2000

a. Página da Web da SADC (www.sadc.int)

b. Adaptado da página de estatística da SADC (a.)

## Maurícias: Miscelânea de belas praias, diversidade étnica e cultural

As belas praias, bem como a diversidade étnica e cultural simbolizam as Maurícias de hoje, que tomam a liderança da SADC para os próximos 12 meses.

As Maurícias aderiram à SADC em 1994 e desde então participam plenamente no processo de integração regional. Elas subscreveram vários instrumentos legais da SADC, incluindo protocolos, memorandos de entendimento, acordos e declarações como um sinal do seu comprometimento para o processo de desenvolvimento da região.

As Maurícias são também membro do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a União Africana (UA), a Commonwealth e a Organização das Nações Unidas, entre outras.

Durante os últimos cinco anos, o país registou um índice de crescimento anual médio de 5,7 por cento. Este ano, o governo das Maurícias espera que a economia cresça mais que cinco por cento, ultrapassando a média mundial projectada para 4,6 por cento.

Depois de vários anos de aposta na indústria do açúcar, as Maurícias decidiram diversificar a sua economia, aquando da independência em 1968, encorajando o estabelecimento de companhias viradas à exportação dentro das Zonas de Processamento para Exportação (EPZ). Assim conseguiram mudar com sucesso de uma economia limitada para uma mais diversificada, com a manufactura, turismo, finanças e outros serviços jogando papéis proeminentes.

A manufactura é o maior sector nas Maurícias e contribui com até 23 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). O sector de transporte, armazenamento e comunicações contribui com 14 por cento, e o sector financeiro com 10 por cento. A agricultura e o turismo contribuem para o PIB com seis por cento cada.

O sector do turismo é o terceiro maior empregador no país depois dos sectores de manufactura e transportes. O sector cresceu como um importante sector de serviços e continua a ser um importante ganhador de moeda externa.

A entrada de turistas no país aumentou em 75 por cento desde 1994, aumentando

em mais de 200 por cento as receitas do turismo no mesmo período.

Apesar de as Maurícias permanecerem um importador nato de bens, aumentaram as suas exportações de têxteis e vestuário. Têxteis e vestuário aumentaram de 42 por cento do total das exportações em 2002 para 50 por cento em 2003.

Apesar de o país ser uma pequena ilha, as Maurícias implementaram políticas comerciais eficientes para o fomento das exportações e no apoio de vários sectores da economia.

Estes desenvolvimentos melhoraram o bem estar da população da ilha de cerca de 1,2 milhão de habitantes, com um índice per capita anual do PIB de \$4.000.

As Maurícias são uma democracia parlamentar, com separação de poderes entre o legislativo, judiciário e executivo.

O Presidente, Anerood Jugnauth, é o Chefe de Estado e Comandante em Chefe, enquanto o Primeiro-Ministro, Paul Raymond Bérenger, chefia o governo com plenos poderes executivos. Há 70 membros na assembleia nacional, dos quais 62 são eleitos pelo voto popular em 20 círculos eleitorais, em cada cinco anos.

O sistema eleitoral das maurícias do primeiro arrecada tudo usa um complexo método de votação em bloco e nos "melhores perdedores" para o sufrágio universal. O sistema de voto em bloco consiste em o eleitor votar para três candidatos em cada círculo eleitoral, excepto na fracamente povoada ilha de Rodrigues, em que se vota em dois membros pelo voto de bloco.

Um máximo de oito membros é alocado da lista dos "melhores perdedores", numa repescagem que é baseada na representação de minorias étnicas. O sistema de votação em bloco e nos "melhores perdedores" foi concebido durante a independência como um meio de assegurar que os eleitores relacionassem-se mais com os partidos políticos que aos grupos comunais ou étnicos.

As Maurícias obtiveram a

independência da Grã-Bretanha a 12 de Março de 1968, após quatro períodos de ocupação colonial. O país foi colonizado em dois períodos separados pelos holandeses, num total de 66 anos (1598-1618 e 1664-1710). Os franceses ocuparam as Maurícias de 1715 a 1810 e deram-lhe o nome de Isle de France. A ocupação britânica começou depois que a ilha foi capturada durante a guerra anglo-francesa em 1810, após a qual as Maurícias e as Seychelles foram administradas como uma única colónia, até 1903.

A diversidade da população permitiu o florescimento de várias tradições e culturas nesta nação multi-racial. O país é composto por descendentes de imigrantes da Índia, da parte continental da África, da Europa e da China.

O país tem uma cultura cosmopolita baseada na coexistência entre os vários grupos étnicos. A evidência de tal coexistência é ilustrada pela celebração de festivais e eventos religiosos tais como o Cavadee celebrado pelos Tamis, o Festival Chinês da Primavera, o Divali pelos Hindus e a Páscoa pelos Cristãos, entre vários outros.

Fontes: SARDC – *Democracy Factfile – Mauritius*; *Revisão Oficial da SADC Oficial do Comércio, Indústria e Investimento 2004*; e *Website para Cimeira da SADC 2004 – www.sadcmauritius.mu* □



## Reflectindo o desejo do povo...

# Reflexões em torno de abordagens do contexto específico de África para monitoria e observação eleitoral

por Kondwani Chirambo

Eleições constituem talvez o mais fundamental aspecto do processo de democratização de África, potencialmente permitindo um rumo para a resolução pacífica de conflitos.

Enquanto as eleições não atingiram durante o domínio colonial a maioria da população, elas tornaram-se uma parte integral do panorama político da África ao longo de décadas que se seguiram, incluindo sistemas mono-partidários, e ganharam maior significado na era politicamente competitiva do multipartidarismo das recentes décadas, particularmente com a aplicação da observação e monitoria eleitorais.

Apesar de inter-relacionadas, observação e monitoria denotam processos técnicos relativamente diferentes. Enquanto a observação das eleições é uma avaliação limitada e não intervencionista de um processo eleitoral (geralmente prerrogativa de agências externas), a monitoria das eleições é um processo mais profundo e extensivo e usualmente responsabilidade chave das agências domésticas, com mandatos de intervir e corrigir anomalias.

Face a isto, os princípios da prática das eleições parecem padronizados em todo o mundo. As comunidades europeias, por exemplo, indicam que em caso de eleições a boa governação refere-se a um quadro legislativo e regulador, bem como a uma administração de eleições transparente e verificável, incluindo supervisão e monitoria independente que assegure o Estado de Direito.”

Na mesma linha, o guia da União Africana (UA) para as eleições e duma maneira mais geral a sua agenda sobre a democracia reflectem tendências globalizantes.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) promete aderir aos “padrões globais” da governação política e democracia. É entendido que estes “padrões globais” estão ligados a um conjunto de valores geralmente derivados das provisões da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos dos direitos humanos da ONU, subscritos por mais de 171 países. É nestes instrumentos da ONU que residem as liberdades humanas e civis tão essenciais para as eleições.

Mas enquanto que num olhar rápido os princípios governando as eleições aceites por várias instituições, dentro e fora da África, sugerem a convergência de normas e padrões, uma analogia mais aproximada das suas aplicações aponta para uma

tendência encaminhado para abordagens de “contextos específicos” por grupos de observadores africanos, num claro afastamento das práticas das missões eleitorais baseadas no Norte.

A Organização da Unidade Africana (OUA) apoiou o desenvolvimento da democracia no continente através da libertação do jugo colonial e o fim do apartheid, abrindo o caminho para a UA, que é ênfatica na primazia da observação e monitoria eleitoral como dois instrumentos chave para avaliar a credibilidade dos processos eleitorais no continente. Tal contudo toma em consideração as particularidades da situação de cada país.

O Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Fórum das Comissões Eleitorais da SADC (SADC-ECF), possivelmente dois dos mais experientes órgãos regionais na observação e monitoria de eleições, subscreveram ambos aos princípios que devem assegurar que as normas e regulamentos sejam justamente aplicadas a todos os concorrentes, incluindo o acesso equitativo aos médias, a subvenção do estado aos partidos políticos, órgãos independentes para a gestão das eleições e uma abordagem do género para os resultados políticos. Na aplicação prática das abordagens de contexto específico, ambos dedicam longos períodos de tempo à observação, em muitos casos cobrindo o exercício de registo dos eleitores para melhor perceber o processo de eleições, mais do que simplesmente avaliar o evento.

Enquanto que a UA coloca grande ênfase na adesão aos padrões globais da democracia, ela estabelece os seus próprios critérios para determinar a natureza e o âmbito do exercício de observação e monitoria eleitoral da UA a ter em conta aspectos únicos inerentes a cada um dos seus estados membro. Antes de enviar uma missão de observação, o órgão continental exige que uma avaliação preliminar da situação social, económica, política, e dos arranjos constitucionais seja efectuado, após o convite formal por parte do país hospedeiro.

Os estados africanos são diferentes em termos das suas capacidades organizacionais, financeiras e de recursos humanos, desenvolvimento de infra-estruturas, notavelmente estradas, telecomunicações e infra-estruturas tecnológicas, que têm um impacto na forma como as eleições são organizadas ao longo do continente. Isto deve ser tomado

em consideração quando se fazem julgamentos sobre a natureza das eleições”, defende a proposta de guia da UA.

Resumindo, ninguém pode avaliar uma eleição num país devastado por conflitos como a Serra Leoa ou o Congo no mesmo plano que na África do Sul, que tem uma infra-estrutura moderna e de alta tecnologia e um estatuto médio de rendimento. A UA enfatiza contudo que os estados membros devem, dentro das suas limitações, assegurar a realização de eleições que são credíveis e democráticas.

A UA sublinha ainda que todos os estados membros devem salvaguardar as liberdades humanas e cívicas de todos os cidadãos, tais como a liberdade de movimento, de reunião, associação, de expressão e de fazer campanha política. Dada a variedade de situações ao longo do continente, é pouco surpreendente que a África reconheça que a aplicação de um conceito singular para julgar práticas eleitorais bem como os resultados não é de todo um procedimento justo.

O uso arbitrário do conceito “livre e justo” frequentemente definido por um conjunto de padrões subjacentes nas práticas democráticas ocidentais, está a ser visto cada vez mais de forma crescente como uma imposição de política externa com vista a garantir que os recipientes da ajuda dos doadores adiram à uma fórmula pré-determinada de boa governação.

Enquanto que isso deve ter os seus próprios méritos e pode mesmo estar relacionado com os “padrões globais”, isto é sentido por alguns analistas africanos de que as missões estrangeiras não devem ignorar as diversas condições em que as eleições são realizadas em África.

Veteranos em monitoria e observação eleitoral em África concordam que cada eleição é diferente; os níveis de democratização ao longo do continente são variados; com a África Austral sendo largamente a zona mais experiente na condução de eleições multipartidárias regulares.

“Livres e justas é um conceito infeliz”, diz Khabele Matlosa, Director de Pesquisa do Instituto Eleitoral da África Austral (EISA).

“Não é um conceito livre de valores e é como usar uma mesma medida para todas as eleições. Deixe-me dizer que é como comparar uma maçã a uma laranja”, acrescentou.

Não é surpreendente encontrar declarações de missões africanas de

*continua na página 14*



## Protocolo Comercial – Implicações do Protocolo Comercial e da política para a indústria automóvel para a SADC

Com a implementação do Protocolo do Comércio da SADC já em curso, o sector automobilístico permanece ainda uma área difícil onde a região ainda tem que chegar a consensos.

O sector automobilístico na SADC emprega centenas de profissionais como pessoal de manutenção, fabricantes de componentes ou de montagem, sendo contribui que com um terço das receitas dos estados membros, provenientes da colecta dos direitos aduaneiros sobre as importações e taxas sobre o combustível, vendas e impostos sobre o trabalho.

A região como um todo adquire anualmente 600.000 veículos – sendo que os consumidores sul-africanos adquirem 50 por cento desta frota. Dada esta tendência desnivelada de consumo e possíveis impactos macro económicos resultantes de quaisquer mudanças no sector, que política automóvel será apropriada para a integração sustentável da SADC? A SADC ainda está na busca de uma estratégia comum para o sector.

O recente Programa sul-africano para o Desenvolvimento da Indústria Automóvel (MIDP), visto pelos países vizinhos como sendo desnivelado a seu favor, complicou ainda mais a possibilidade de um acordo na área automóvel sob o Protocolo do Comércio. Por outras palavras, a indústria automóvel sul-africana emprega directamente 50.000 pessoas e conta com centenas de biliões de randes de investimento. O seu estável e vibrante crescimento contribuiu para o desenvolvimento de indústrias afins, e transformou-se numa importante divisão das exportações da economia sul-africana. Contudo, deve ficar claro que a importação de veículos e bens relacionados é uma fonte essencial de receitas para a maior parte dos países menos desenvolvidos da região.

Enquanto a África do Sul conta com uma vantagem comparativa sobre os seus vizinhos na região na área de fabricação e montagem de veículos, permanece menos competitiva quando comparada com alguns países em vias de desenvolvimento, incluindo o Brasil, Índia, Indonésia, Malásia, México e Tailândia. Os seus níveis de preços podem ser 40 por cento mais elevados que os destes países, o que torna esta indústria insustentável a curto e médio prazos.

Para tornar os preços destes veículos competitivos, o governo subsidia as exportações baseado numa fórmula complexa de incentivos, que compensa os direitos aduaneiros das importações de componentes e veículos manufacturados, incluindo bens de luxo. Por outras palavras, os fabricantes locais importam veículos de luxo para serem vendidos dentro e fora da África do Sul como por exemplo Land Cruiser VX, BMW X5, Mercedes Benz de topo da gama, Jaguars e outros a um preço mais alto.

Um Range Rover custa na Europa o equivalente a 350.000 randes, mas é vendido no mercado sul-africano a 850.000 randes, permitindo ao importador realizar mais de 100 por cento de lucro – uma forma diferente e criativa de subsidiar.



Amade Camal

ponto de  
vista  
sobre  
comércio

Outro exemplo da não competitividade da indústria automóvel sul-africana é o de que os veículos importados de Itália, França ou Coreia, depois de pagar os direitos reais ou efectivos – cerca de 45 por cento do valor Custos, Seguros, Transportes (CIF) – ainda conseguem competir com os produtos locais no mercado.

Há muitas razões pelas quais a África do Sul adoptou a sua política na indústria automóvel. Um dos maiores factores pode ser o facto derivado do isolamento durante a era do apartheid, que efectivamente forçou a indústria a produzir automóveis com tecnologia obsoleta, baixa produtividade, e baixa qualidade mas a altos preços.

Estes efeitos negativos eram protegidos por tarifas aduaneiras que atingiam os 110 por cento sobre as importações. Em muitos casos, os importadores eram efectivamente desencorajados pelas autoridades de fazer importações, que até dificultava a obtenção de uma licença de importação.

Dez anos depois do fim do apartheid, esta herança ainda pesa grandemente sobre a indústria, apesar das melhorias registadas na sua generalidade.

Devido a estas peculiaridades, os países menos desenvolvidos da região querem evitar a adopção do MIDP como uma política regional porque teriam que suportar os custos que adviriam da África do Sul ter que parar de subsidiar as exportações de veículos.

A actual política da África do Sul é a de vender os seus veículos nos países da União Aduaneira da África Austral (SACU) a um preço que é entre 30 a 40 por cento mais caro que nos países não membros da SACU.

Isto significa que os carros sul-africanos são mais baratos em países fora da SACU porque são subsidiados, enquanto que são caros dentro da união aduaneira, porque os países que integram a SACU não são considerados mercados de exportação.

Contudo, sob o Protocolo de Comércio da SADC, países membros mas fora da SACU teriam que comprar os veículos sul-africanos a preços similares dos praticados dentro da união aduaneira. Teriam que pagar 40 por cento a mais para os veículos normais, e 100 por cento a mais para os veículos de luxo, o que efectivamente iria sangrar a sua tesouraria em benefício da economia sul-africana.

Esta não é uma situação confortável, considerando que com o protocolo em vigor, registar-se-ia uma quebra nas receitas normalmente obtidas das tarifas aduaneiras, uma vez que os bens provenientes da África do Sul seriam isentas.

Haverá duas consequências imediatas para a região. Os Governos irão colectar menos impostos para o tesouro, o que resultará em défices orçamentais, e para compensar a quebra de receitas, os governos irão subir outros impostos.

Se tal acontecer, significará que o contribuinte de impostos dos países membros menos desenvolvidos passarão a ser os subsidiadores da rica indústria automóvel sul-africana. □

*Amade Camal é um homem de negócios moçambicano no sector automóvel*

## Chefes tradicionais formam conselho regional

por Amos Chanda

**C**hefe tradicionais da SADC formaram o Conselho de Líderes Tradicionais da SADC, que pretende facilitar a sua participação na integração regional.

Chefes de 10 estados membros da SADC decidiram durante a sessão inaugural da Conferência do Conselho dos Líderes Tradicionais da SADC realizada no mês de Maio, na Zâmbia, trabalhar com vista à sua integração nas estruturas da SADC, da União Africana e outros órgãos regionais de forma a expandirem o âmbito da integração regional.

Um conselho executivo regional interino foi mandatado a organizar uma conferência de líderes tradicionais de todos os estados da SADC em Outubro deste ano. Cada estado membro irá enviar 10 delegados à conferência que irá

transformar o grupo interino numa estrutura permanente.

Trocas de visitas na região serão efectuadas para partilhar as melhores práticas de como reforçar as autoridades tradicionais para assegurar que elas se tornem uma parte integral da SADC. Os primeiros programas de troca de visitas irão envolver Angola, Moçambique, República Democrática do Congo e República Unida da Tanzânia.

O Conselho de Chefes comprometeu-se a abordar na sua agenda de trabalhos, questões como o HIV e SIDA, especialmente a revitalização do mecanismo tradicional africano de apoio da família africana, que cuida das crianças órfãs.

Outras áreas identificadas para seguimento incluem: promoção de instituições democráticas como

Conselhos dos Chefes ou Câmara dos Chefes e o reforço dos já existentes; fazer lobbies para a naturalização dos ratificados instrumentos internacionais dos direitos humanos de modo a que eles sejam implementados localmente; aumentar a participação dos chefes em governos locais; restauração do direito à terra para as comunidades locais; e a promoção dos direitos das mulheres e crianças.

“A terra é central para o modo africano de vida e as questões ligadas à terra são cruciais para a dignidade humana”, enfatizaram os chefes.

Eles defenderam que os direitos económicos, sociais e culturais são tão importantes quanto os direitos cívicos e políticos e de que os governos devem assegurar o respeito pelos padrões básicos dos direitos humanos. □

## Vitórias em Wimbledon encorajam desporto na SADC nas vésperas das Olimpíadas de Atenas

por Chengetai Madziwa

**A**dupla vitória do Zimbabwe no torneio de ténis de Wimbledon em Julho último apareceu como o maior catalizador moral não somente para o país mas para a região da África Austral que tem pela frente os Jogos Olímpicos a realizarem-se em Atenas, na Grécia, de 13 a 29 de Agosto.

Os irmãos zimbabwianos e sextos no ranking, Cara e Wayne Black, venceram a final de duplas para Duplas Mistas 2004 ao derrotarem a dupla norte americana Lindsay Davenport e Bob Bryan, sétimos no ranking.

Mais cedo no mesmo dia, Cara e a australiana Rennae Stubbs, haviam ganho a final de duplas em femininos no jogo que as opôs a Liezel Huber da África do Sul e Ai Sugiyama do Japão, numa disputa que culminou no primeiro Grand Slam para as vencedoras.

O torneio de Wimbledon é um dos maiores eventos de ténis no mundo e a vitória do Zimbabwe é uma conquista para a região, onde a modalidade ainda é largamente subdesenvolvida e as competições são predominantemente ao nível de amadores. A participação da região Austral de África é ainda muito limitada, e é frequentemente

representada pela África do Sul e Zimbabwe.

O Zimbabwe é o único país da SADC que irá participar nas competições de ténis nos Jogos Olímpicos de 2004.

Mais de 200 países, incluindo todos os Estados membros da SADC irão participar na maior e múltipla festa desportiva, competindo em 37 modalidades desportivas. Atletas de craveira mundial na SADC como seja o caso do “Expresso de Maputo” Maria Mutola, serão os favoritos, entre 10.500 prováveis competidores, a ganhar as prestigiosas medalhas de ouro.

As vitórias de Wimbledon, foram alcançadas dois meses depois da região receber a mais excitante notícia desportiva, quando a 15 de Maio, a África do Sul ganhou o direito de acolher o Campeonato Mundial de futebol 2010.

O Campeonato Mundial de Futebol é a maior actividade desportiva no mundo, ultrapassada somente pelos múltiplos eventos dos Jogos Olímpicos.

O sucesso nestes eventos é importante em aumentar a confiança e assegurar que o desporto é desenvolvido ao nível de base em todos os países da SADC. O Protocolo



da SADC sobre Cultura, Informação e Desporto é uma indicação do cometimento da região para o desenvolvimento do desporto e sua implementação é crítica.

O Conselho Supremo para o Desporto em África (SCSA), o braço oficial responsável pela implementação de todas as actividades desportivas na SADC, em cumprimento do protocolo, delineou o cometimento da região ao organizar os Jogos da SADC para a Zona 6, em Moçambique, com a participação de 11 países concorrendo em várias disciplinas desportivas.

Este género de eventos merece o máximo apoio por parte dos governos bem como do mundo de negócios, uma vez que eles são cruciais para promover os objectivos da região de “construção de comunidades”, bem como para a preparação de atletas para competições internacionais. □

## Dados estatísticos vitais

O 11º encontro do Comité de Estatísticas da SADC notou a necessidade de uma maior assistência financeira e técnica para assegurar a continuação de um projecto piloto iniciado em 2002, visando a criação de dados estatísticos sócio económicos na região.

A recolha de informação para o banco de dados está a ser desenvolvida num exercício piloto em seis países, nomeadamente, África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique e Zâmbia. O banco de dados é vital para o melhoramento das instituições que

lidam com dados estatísticos e irá apoiar a provisão de indicadores de desenvolvimento fiáveis.

Os Estados membros da SADC apelaram ao Banco Mundial para continuar a financiar o projecto. (ANGOP) □

## Sistema regional de pré-aviso projecta défice cerealífero

O último relatório do Sistema de Pré-Aviso para Segurança Alimentar da SADC, publicado em inícios de Julho, anuncia uma quebra de produção de cereais de mais de 1,47 milhão de toneladas métricas na campanha 2004-05 na região da África Austral.

Espera-se que a Namíbia e o Zimbábue aumentem a sua produção de cereais durante o mesmo período.

A Namíbia poderá incrementar a sua produção em 34 por cento, comparado com o último ano, enquanto que o Zimbábue prevê 53 por cento de aumento.

Mas outros países conhecerão uma baixa no total da produção de cereais para este ano, com a África do Sul (7 por cento), Angola (8 por cento),

Botswana (15 por cento), Lesotho (46 por cento), e Malawi (20 por cento).

Os níveis domésticos da África do Sul, Moçambique e Zâmbia irão ainda permiti-los exportar, e, segundo o

relatório, os seus excedentes serão suficientes para cobrir as necessidades de importação do Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia. (*The Namibian*) □

## Reflectindo o desejo do povo

*continuação da página 11*

observação descrevendo processos eleitorais de “geralmente reflectem a vontade popular”, “aceitáveis” ou “bem sucedidas” ou simplesmente “não suficientemente obedecendo às normas e padrões da SADC”.

O desejo de complementar os indicadores globais do que constitui uma eleição democrática com indicadores domésticos pode parecer ser motivado principalmente pela necessidade manifestada pelos órgãos fazedores de políticas no continente de ter um maior controlo dos seus próprios destinos enquanto preservam, em larga medida, a integridade internacional.

Uma análise de tendências das recentes eleições realizadas na África Austral pode sugerir que muito da controvérsia eleitoral está centrado no registo do eleitores, e afluência às urnas.

A falta de registos de eleitor e do cidadão que até são directamente compatíveis significa que geralmente há um número elevado de pessoas que poderá não ter sido registada como “óbitos” quando chega o momento de votar. Isto tanto abre o sistema para a fraude do “voto fantasma” ou encoraja percepções de fraude.

O facto de que a esperança de vida decaiu drasticamente na região da SADC devido à SIDA, tuberculose e malária, significa que os países passaram por uma considerável diminuição do total potencial número de eleitores. O principal problema é que poucos países estão em posição de saber isso a tempo, a não ser que tenham sistemas de registo, suficientemente sofisticados para atempadamente retirar os óbitos das listas de votantes.

O mais encorajador elemento nas eleições tidas a partir de 1991 na região da SADC é que os grandes conflitos foram, em grande medida, minimizados ou evitados como resultado de eleições.

Apesar das controvérsias, Zanzibar, Zâmbia, Zimbábue e muito recentemente o Malawi ultrapassaram os medos de violência, com os partidos políticos perdedores a optarem pela disputa por via da lei. As intervenções diplomáticas e discretas encetadas por vários órgãos regionais contribuíram também para ajudar os partidos perdedores a aceitarem os resultados das eleições ou a escolher a rota legal, oposta à violência.

Mas as petições sobre os resultados das eleições tendem a ser morosas e fastidiosas, e um peso extra para o sistema judiciário, pelo que especialistas propuseram aos diversos países a considerar o estabelecimento de Tribunais Eleitorais que poderiam atempadamente resolver todas as questões relacionadas com os processos.

Países como a África do Sul têm já esta instituição. Outros países estão a seguir o mesmo exemplo. Recomendações dirigidas por importantes actores foram feitas no processo de reformas constitucionais e eleitorais em curso na Zâmbia com vista ao estabelecimento de um Tribunal Eleitoral.

Com esta nova dimensão acrescida, está claro que os peticionários irão encontrar os relatórios das comissões de observação e monitoria eleitoral de melhor e uso imediato para apresentar nos tribunais eleitorais. Dependendo da imparcialidade destes tribunais especiais, o resultado poderá ser de os partidos reivindicadores evitarem meios anti constitucionais para resolver conflitos. □

## Maior envolvimento nas conversações sobre comércio

O Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, convidou os Estados membros da SADC a promoverem os interesses dos cidadãos através de uma participação activa no sistema multilateral do comércio.

Nujoma defendeu que a participação activa dos Estados membros no sistema de comércio multilateral deverá ter como objectivo a instituição de um ambiente justo no comércio internacional.

Falando na abertura oficial da 40ª Feira Internacional da Zâmbia, realizada em Julho, Nujoma manifestou a sua satisfação pelos progressos registados na implementação de vários protocolos regionais que providenciam mecanismos importantes de promoção de investimentos nas economias da região, incluindo o investimento estrangeiro directo. (ZANA) □

## SIDA no Século XXI: Pandemia e globalização

“O HIV e SIDA não é a primeira epidemia global e certamente que não será a última; é uma doença que está a mudar a história humana. O HIV e SIDA traz a nu as desigualdades globais. A sua presença e impactos são muito mais profundamente sentidos nos países e comunidades pobres.”

Este livro olha para as origens do HIV e do SIDA, suas características de transmissão sua proliferação e contexto em África, e o impacto sócio-económico sobre lares e comunidades, incluindo na agricultura e no meio rural.

Sumários de estudos de caso são apresentados em três categorias: Alta coesão social, riqueza baixa (Filipinas e Índia); Baixa coesão social, riqueza baixa (Ucrânia e Uganda); Baixa coesão social, riqueza alta (África do Sul e Botswana). Outros casos ilustrativos são desenhados a partir da República Unida da Tanzânia, República Democrática do Congo e outros. Há informação substancial sobre os outros Estados membros da SADC.

Um capítulo sobre “Respostas” detém-se para aquilo que funciona, e argumenta pela importância da mudança de ambiente de risco como parte da prevenção. O foco sobre o indivíduo pode ser uma “parte da estratégia” pelo facto de que intervenções baseadas no comportamento individual terem sido experimentadas em várias partes do mundo, mas que em muitos casos, a prevalência do HIV tem estado a subir. Outras intervenções são examinadas.

O livro tem uma boa base de pesquisa, é bem escrito, e enquanto traça o contexto global, ele é enraizado em África, apresentando muitos exemplos da África Austral e Oriental, e contendo dados e análises relevantes. É um dos livros mais compreensíveis até agora disponíveis sobre o assunto.

Contudo, uma lacuna significativa é a fraca informação sobre o impacto da doença na mulher e as desigualdades no género. O único índice sobre esta última matéria “Desigualdade no género,

China e Índia” e o registo na própria página são justamente três palavras: desigualdade no género. As mulheres são mencionadas somente quatro vezes em todo o livro.

O professor Alan Whiteside despendeu 15 anos na Unidade de Pesquisa Económica da Universidade do Natal antes de estabelecer em 1998 a Divisão de Pesquisa sobre a Economia de Saúde e HIV e SIDA, da qual é actualmente director. O seu principal interesse de pesquisa é o impacto económico do HIV e do SIDA; ele fundou e edita o boletim SIDA Análise África. Tony Barnett é professor de estudos de desenvolvimento na Universidade de East Anglia, tem viajado bastante estudando o impacto da pandemia do SIDA em África, Ásia e outras partes do Globo.

A Associação François-Xavier Bagnoud (FXB) foi fundada em 1989 para promover o conceito de saúde e direitos humanos. A FXB é um movimento em evolução composto de uma fundação, uma ONG internacional baseada na Suíça e organizações comunitárias em vários países em desenvolvimento; e define-se como um “empreendedor social” que espera mudar a ajuda tradicional para modelos mais efectivos através de exemplos e advocacia. Evitando os métodos tradicionais de intervenção, a FXB apoiou o trabalho do falecido Dr. Jonathan Mann, o primeiro director do Centro FXB para a Saúde e Direitos Humanos na Universidade de Harvard, que foi a primeira maior instituição educacional focalizando sobre o desenvolvimento do paradigma de que onde os povos são pobres e oprimidos, pandemias como o SIDA proliferam e a pobreza abunda. □

### *SIDA no Século XXI – Pandemia e Globalização*

Por Tony Barnett e Alan Whiteside, com a Associação François-Xavier Bagnoud, publicado pela Palgrave-Macmillan, 2002

## Recentes publicações e aquisições

*Relatório do Desenvolvimento Económico em África 2003: Acelerando o Passo do Desenvolvimento*

UNECA.- 2003

Disponível na Comissão Económica para África, Caixa Postal 3002, Addis Abeba, Etiópia

E-mail: [ecainfo@uneca.org](mailto:ecainfo@uneca.org)

Website: <http://www.uneca.org>

*Análise do orçamento do género na Tanzânia 1997-2000*

.-2004

Disponível no : Tanzania Gender Networking Programme (TGNP), P.O. Box 8921, Dar es Salaam, Tanzânia

Website: [www.tgnp.co.tz/index.html](http://www.tgnp.co.tz/index.html)

*Género e HIV/SIDA em África – Primeira Edição*

Editado por Aicha Tamboura. -2003

Disponível em : AAWORD, Sicap Sacre

Coeur 1, Villa 8798-BP Dakar-Fann, Dakar, Senegal

E-mail: [aaaward@sentoo.sn](mailto:aaaward@sentoo.sn)

*Marginalização Na África Austral:*

*Transformação por baixo?*

Leysens, Anthony J. -2004

Disponível no: The institute for Democracy in South Africa (IDASA)

6 Spain Street, Church Square, Cape Town

8001, South Africa

E-mail: [info@idasa.org.za](mailto:info@idasa.org.za)

Website: [www.idasa.org.za](http://www.idasa.org.za)

*Políticas e Estruturas de Governação em Regiões Arborizadas na África do Sul.*

Kowero, Godwin; Campbell, Bruce M and Sumaila, Ussif Rashid. -2003

Disponível no: CIFOR Regional Office for Southern Africa, 73 Harare Drive Mt Pleasant, Harare, Zimbabwe

E-mail: [cifor@cgiar.org](mailto:cifor@cgiar.org)

Website: <http://www.cifor.cgiar.org>

*SADC em 2003: Reestruturando e Progresso Rumo à Integração Regional*

Isaksen, Jan.-2004

Disponível no : Chr. Michelsen Institute, PO Box 6033 Postterminalen, N-5892 Bergen, Norway

E-mail: [cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)

Website: <http://www.cmi.no>

## Diário da SADC

2004	Evento	Local		
Agosto	8-9	Encontro Ministerial de Alto Nível sobre a NEPAD	Maurícias	
	9-11	Comité Permanente de Altos Funcionários	Maurícias	
	10-11	Segunda Conferência Internacional sobre Governo Local para Mulheres	África do Sul	
	12-14	Conselho de Ministros	Maurícias	
	12-14	Encontro sobre a Revisão da Proposta de Padrões Internacionais de Medidas Fitosanitárias	Zâmbia	
	16-17	Cimeira Ordinária da SADC 2004	Maurícias	
	17	Dia da SADC	Todos Estados membros	
	23-27	Workshops sobre Sistemas de Transferência de Obrigações de Tesouro e Nomenclatura de Tarifas	Tanzânia	
	Setembro	1-2	Oitavo Fórum da África Austral sobre Visão Climática (SARCOF-8)	Zimbabwe
		7	Terceira Conferência Internacional - Regulamentos e Competição pro-Pobre: Questões, políticas e prática	África do Sul
5-9		Cimeira Extraordinária da União Africana Sobre Emprego e Alívio à Pobreza	Burkina Faso	
19-26		Festival Mono disciplinar de Cultura e Arte na SADC (Música)	Zâmbia	
21-22		Workshop de Actores sobre Gestão de Trânsito	África do Sul	
22-25		13ª Conferência Africana da Rede Internacional de Formação em Matérias de Pobreza, Água Higiene e Saneamento	Zimbabwe	
23-25		Feira da Água, Saneamento e Higiene (WARSH)	Zimbabwe	
Outubro		13	Fórum sobre TIPS 2004 – Desenvolvimento Africano e Alívio da Pobreza: Ligação Macro-micro	África do Sul
	13-15	Fórum ESKOM para Líderes de Negócios Africanos	África do Sul	
	14	Dia de Criadores e Artistas da SADC	Estados Membro	
	16	Eleições no Botswana	Botswana	

## Moeda

País	Moeda	(US\$1)
Angola	Kwanza (100 lwei)	83.62
Botswana	Pula (100 thebe)	4.69
RDC	Congo Franco	379.41
Lesotho	Maloti(100 lisente)	6.26
Malawi	Kwacha(100 tambala)	107.00
Maurícias	Rupia (100 cents)	27.85
Moçambique	Metical (100 centavos)	22,755.00
Namíbia	Dólar(100 cents)	6.316
Seychelles	Rupia (100 cents)	5.18
África do Sul	Rand(100 cents)	6.30
Swazilandia	Lilangeni(100 cents)	6.26
Tanzânia	Shilling (100 cents)	1113.50
Zâmbia	Kwacha (100 ngwee)	4780.00
Zimbabwe	Dólar (100 cents)	5350.00

25 Junho 2004

## Feriados nacionais na SADC para o período Agosto-Outubro de 2004

1 Agosto	Dia dos Pais	RDC
4 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
11 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
12 Agosto	Dia Nacional das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Assunção	Seychelles
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
6 Setembro	Dia da Independência	Swazilândia
7 Setembro	Dia da Assinatura dos Acordos de Lusaka	Moçambique
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais e Fundação da Nação	Angola
19 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
1 Outubro	Feriado Nacional	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
4 Outubro	Dia da Paz	Moçambique
11 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
14 Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzânia
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia